

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE USOS DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Gutemberg de Vilhena Silva (UFRGS)

Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS)

PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE USOS DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

RESUMO

Historicamente, é constatado que fronteiras entre nações tinham função disjuntora. Contudo, atualmente se verifica que algumas estão mudando de sentido dentro de uma lógica globalizante de mercados e serviços principalmente. Na América do Sul, essa metamorfose é constatável, mesmo ainda em estado embrionário quando relacionada, por exemplo, à União Européia, com sua livre circulação de pessoas e serviços bem avançada entre os países signatários. A fronteira franco-brasileira é uma sul-americana que pode servir de suporte analítico para as afirmações aqui contidas sobre a mutação de algumas zonas de contato internacional (Fronteira). Vários séculos a marcaram com litígio constante, porém atualmente esses países acenam para políticas mais cooperativas entre suas nações. Seguem uma lógica de investimentos em redes técnicas para facilitar o deslocamento de produtos e serviços principalmente, além de, amiúde, eles estarem envolvidos na criação/implementação de projetos de parceria entre seus entes mais próximos. De um lado, o Estado do Amapá, e, do outro, a Guiana-Francesa. O ensaio aqui feito se propõe a refletir sobre processos contemporâneos de usos da fronteira franco-brasileira. Para tal, contará com reflexões sobre as articulações em torno da Implementação da Infra-estrutura Regional Sul-americanas – IIRSA -, posteriormente destacará uma rodovia que irá conectar uma ponte binacional a um porto de exportação, no estado do Amapá, sendo que a ponte e o porto também serão alvo de análises.

INTRODUÇÃO

Territórios brasileiros localizados em fronteira ainda carecem de muitos estudos sistemáticos conforme apontou Pinto Coelho (1992), e foi reafirmado anos depois pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, PDFF, (BRASIL, 2005), bem como através do II Seminário Internacional de Estudos Regionais Sul-americanos: contrastes sócio-territoriais e perspectivas de integração sul-americana (CUIABÁ, 2006).

O PDFF, apesar de ser um estudo que concedeu visibilidade a territórios localizados em fronteira, muito importantes em Geografia Política (MODDIE, 1965), com suas singularidades, positivas ou não, apresentou um quadro muito amplo e, portanto, passível de muitas lacunas para serem preenchidas daquele espaço geográfico. Essa generalização, com pontos muito importantes para serem explorados, já foi perceptível anos antes no trabalho de Pinto Coelho sobre as fronteiras físicas amazônicas (PINTO COELHO, 1992). De maneira que pesquisas mais densas sobre diversas realidades e temporalidades perceptíveis nas 588 cidades localizadas na fronteira brasileira são poucas.

De um modo geral, a escassez de estudos sobre regiões de fronteira, pelo menos em termos oficiais, pode ser explicada pela situação duplamente marginal que as têm caracterizado. Por um lado, grande parte dessas regiões está isolada dos centros nacionais de seus respectivos estados, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação, ou

pelo peso político e econômico menor que possuem. Por outro lado, as regiões de fronteira estão também formalmente isoladas dos Estados vizinhos pelo papel disjuntor dos limites políticos. Sem instituições para instrumentá-las, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços (STEIMAN & MACHADO, 2002). Esse quadro tem sido alterado em países da América do Sul, como, por exemplo, na relação estabelecida entre França e Brasil, que, mesmo ainda em passos iniciais, é um exemplo da metamorfose de sentido e função para algumas fronteiras sul-americanas.

O presente trabalho busca refletir sobre processos contemporâneos de usos da fronteira franco-brasileira, que, em termos gerais, segue uma lógica de cenários construídos pela globalização, em que diferentes escalas geográficas são articuladas com objetivos dos mais variados.

1. ESCALAS GEOGRÁFICAS COMO PROCEDIMENTO ANALÍTICO

A análise geográfica de fenômenos investigativos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos. Este pode ser um enunciado ou um ponto de partida para considerar que o fenômeno observado, articulado a determinadas escalas, ganha um sentido particular (CASTRO, 1995, p. 120), mas que quando se muda a escala os resultados podem variar, dependendo também dos dados a serem apresentados. Ruckert (2004, p. 152) aponta que o método de procedimento multiescalar se porta como uma estratégia de representação e apreensão da realidade, definindo o campo empírico da pesquisa de investigação e de análise, o que facilita o uso de construções teóricas e interpretações sobre as tendências contemporâneas das transformações territoriais, tais como as em curso da fronteira franco-brasileira.

O problema chave da escala é precisar as condições e as manobras necessárias para realizar observações coerentes e para interpretá-las no conjunto de um sistema conceitual explícito. Para Racine, Raffestin & Ruffy (1983, 125-27), muitos estudos empíricos têm demonstrado que pode haver propriedades globais em níveis analíticos diferentes. Cada estudo merece ser colocado dentro de sua perspectiva correta, isto é, dentro de seu campo de pertinência, não somente em relação à área escolhida, mas também em relação ao tipo de dados utilizados na análise.

Com efeito, precisar, por exemplo, de que forma as relações franco-brasileiras estão passando por alterações em dimensões diplomáticas e de políticas territoriais para a fronteira, necessita que o pesquisador não perca pelo menos duas perspectivas de abordagem: a *subcontinental*, por tratar de articulações no mínimo bilaterais e a *nacional*, já que o Estado, mesmo que possa ter um conjunto de interesses particulares inseridos, principalmente de empresas internacionais, trata-se do agente articulador e incentivador do processo de cooperação transnacional. Por outro lado, é valorizando ou aceitando a limitação dos dados disponíveis, que a problemática estudada determina os subconjuntos que serão observados, tratando-se de um recorte no interior de um combinatório.

No reordenamento dos Estados-nacionais frente à globalização, ocorre uma relativização das escalas de estudo para áreas de fronteira. Segundo Jessop (2004, p. 28), elas “*se relacionam em hierarquias crescentemente complexas e engendradas com diversas temporalidades e espacialidades em vez de hierarquias em formas simples umas com as outras*”.

Existem, conforme o autor, formas escalares básicas para se pensar territórios transfronteiriços na globalização. Uma delas é sua análise de forma transversal (Ibid. p. 29-30). Este tipo de escala é bem indicado para se estudar territórios transfronteiriços como o estado do Amapá, já que está implicada sobre intervenções externas diretas (empresas transnacionais), bem como sua produção é voltada em grande escala para exportação.

Dessa forma, as escalas geográficas mostram-se capazes de servir de arquétipo analítico em cenário de globalização para estudos de pesquisa. Dentro das reflexões pesquisadas as categorias território, redes técnicas e fronteiras servem de suporte epistemológico para apreensão do fenômeno em foco. A primeira pela sua constituição enquanto espaço apropriado relacional (RAFFESTIN, 1993; SACK 1980), e multidimensional, articulado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993; BECKER, 1983). A segunda por se tratar de um procedimento que reflete sobre este primeiro num ambiente com diferentes feixes de relações das mais variadas. A terceira pelo próprio objeto neste ensaio pesquisado.

2 GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO, REDES TÉCNICAS E FRONTEIRAS

O espaço mundial é composto por fenômenos dos mais variados nas diversas escalas geográficas. Nele, existem cenários montados na articulação dos níveis escalares na globalização, em primeira instância, como uma exigência dos protagonistas hegemônicos, e que permeia a relação de outros atores nessa relação. Desta forma, novos usos do território e sua constante re-utilização e re-valorização, são constatados para reprodução do capital, como também tentativas, bem sucedidas ou não, de desenvolvimento territorial. Com efeito, a articulação de redes técnicas se tornou cada vez mais intensa, para materializar o processo relacional das diversas escalas, sendo que áreas de fronteira na atualidade estão sendo articuladas em alguns territórios, para dinamizar a relação dos atores, a valoração dos espaços antes sub-utilizados, o desenvolvimento de empresas, mas também a afirmação do local como necessário para materializar os fluxos e implementação dos fixos.

2.1 ESPAÇOS DA GLOBALIZAÇÃO

Partimos da premissa que não existe aldeia global, e sim espaços da globalização. Esses espaços são organizados, sobretudo por grandes empresas tendo o Estado como o grande legitimador normativo (SANTOS, 2004). Todos os lugares do mundo sofrem influência diretamente ou não da globalização, porém poucos são os protagonistas. No Amapá, acreditamos que as redes técnicas ali sendo organizadas, constituem elementos requeridos por protagonistas da globalização para materializar interesses em diferentes escalas.

A globalização, muito debatida no cenário atual, é composta efetivamente de fenômenos objetivos com impactos dos mais diversos e diferenciados, especialmente na relação que o nacional estabelece com o internacional, bem como nas diversas escalas geográficas intermediárias do território em suas dimensões regionais e locais (RÜCKERT, 2004). Estas dimensões intermediam as novas relações sociais, econômicas e políticas entre o território e os diferentes lugares.

Ela significa um processo com comportamento paradoxal de criação/destruição na relação entre os países dentro da lógica capitalista, sendo a “periferia” uma função na estrutura de seu funcionamento (MORAES, 2005). A condição periférica expressa uma posição subordinada de territórios nacionais e subnacionais, na hierarquia dos lugares no

imperativo da globalização dos mercados. Nesta perspectiva concordamos com Santos (2004), que o espaço geográfico é constituído por espaços da globalização, articulados em torno de grandes empresas, num ambiente de fluxos cada vez mais intensos, mas que precisam de recortes territoriais para se materializarem e produzirem seus objetos. De acordo com Moraes (2005, p. 83),

Estados periféricos vivenciam com frequência uma soberania meramente formal sobre seu território, não sendo raros os casos de ingerência estrangeira direta em seus domínios. A situação de subordinação a outros Estados mais poderosos (de quem se tornam uma espécie de protetorado informal) e a organismos supranacionais também aparece como frequentes na periferia.

A condição de periferia se revela na dependência econômica vivida pelos países periféricos e suas subunidades, que têm interesses externos. Esse controle político sobre a periferia tem como um de seus objetivos a utilização atual ou futura de recursos, raros e/ou escassos, demandada essa possibilidade de acesso aos patrimônios naturais localizados, em sua maior parte, nos territórios periféricos (Ibid. p. 84), bem com de pontos materiais para articulação das empresas em rede.

2.2 TERRITÓRIO

Por muito tempo podemos dizer que falar de território era fazer referência direta a Estados nacionais, conforme aponta Souza (1995). Atualmente é comum reportarmos-nos ao território de uma empresa, de uma comunidade indígena, ou mesmo o território que se encontram determinados recursos estratégicos. Estas dimensões apresentadas são postas por Haesbaert (2005) num plano conceitual sobre a categoria território.

Caso seja considerado, hoje, somente o Estado como capaz de se territorializar, desabilitamo-nos a pensar sobre um mundo multifacetado com diversas formas de territorialidades, sejam as microterritorialidades, relacionadas à escala da vivência, até a de corporações internacionais. Souza (1995, p. 81) aponta que “*territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica*”.

O estudo e as decisões do/no espaço geográfico, após a constituição do meio técnico-científico-informacional, passam de uma visão/utilização unidimensional, ou seja, o poder concentrado no Estado, à multidimensional (BECKER, 1983; RAFFESTIN, 1993). Esta última corresponde a diversos atores produzindo o espaço, e de forma constante, (re)estruturando o território através da prática de poderes, políticas e programas estratégicos, além de gestão territorial (RUCKERT, 2004, p. 149-50).

Para Ueda (2005, p. 158) é evidente e notório que muitas das mudanças complexas na sociedade mundial foi proporcionada por incremento de tecnologias. Dentro deste contexto, estão as novas infra-estruturas de transportes e telecomunicações, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e da sociedade do conhecimento. É também por força destas inovações que as redes técnicas estão evoluindo como nunca e também novos usos políticos e econômicos do território são verificados.

Com efeito, de uma ou de outra forma, território está relacionado, conforme bem menciona Heidrich (2004, p. 3), a apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. Caso estes não sejam verificados em sua totalidade, teremos apenas princípios de territorialidade. Como um espaço apropriado pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993), torna-se uma arena de conflitos em áreas delimitadas onde estão os agentes de gestão territorial, na figura dos controladores do poder, cuja primazia é a busca de desenvolvimento, ou mesmo e pelo menos, crescimento de seu tecido produtivo. Esse cenário mencionado é muito estudado pela Geografia Política, que, conforme Castro (2005), é definido como conflitos de interesses tendo o território como palco de ação.

2.3 O PODER E SUA MANIFESTAÇÃO

De acordo com Castro (2005, p. 101-06) o poder é uma forma de impor uma determinada vontade à parte mais fraca de uma relação, mediante a possibilidade de aplicar sanções que são aceitas como estratégia de *espera* pela parte mais fraca. Existe uma polêmica importante em relação ao poder político, que é o que nos interessa. Para muitos autores, as relações de dominação se fazem entre espaços que mandam e espaços que obedecem, mas, para outros, em atores territorializados que têm interesses e moldam as relações de poder entre espaços diferenciados. Concordamos com a segunda opção.

Segundo Rückert (2004, p. 150), analisar o poder remetendo ao território implica relacionar este primeiro “à capacidade dos atores de gerir, de implantar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica, por parte tanto do Estado como dos múltiplos atores do/no poder”, convergindo alianças ou conflitos na gestão de políticas por capitais privados, bem como por segmentos da sociedade civil que representam as diferentes regiões do território local ou nacional.

O franco-suíço Raffestin, trás uma importante contribuição para analisar o poder de empresas. Para ele (1993, p. 52-53), existe o “Poder” e o “poder”, sendo que este primeiro é fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, ou seja, é o próprio Estado-nação. Enquanto que o segundo é a manifestação também de controle de empresas sobre determinados territórios, dentro e fora de suas matrizes. O poder não se adquire, ele é exercido a partir de inumeráveis pontos e em diferentes escalas.

Para tratar das manifestações de poder, devemos recorrer ao que Sack (1986) denominou de “*expressão geográfica do exercício do poder*”, ou seja, as *territorialidades* criadas de determinados fenômenos. Esta (territorialidade) é a tentativa de influenciar e controlar pessoas, recursos e fenômenos, delimitando e efetivando o controle sobre uma área, não somente como uma motivação biológica, mas com uma conotação social e geográfica, pois depende do espaço que está sendo utilizado.

Atualmente, as estratégias de desenvolvimento contribuem para criar um mundo das redes de relações, que se opõe ao dos territórios na perspectiva Estatal, em sentidos econômicos. A rede recobre todo um conjunto de relações sociais recorrentes, que se criam entre os indivíduos e os grupos, para lá do controle institucional ao qual está exposta (BADIE, 1996, p. 158).

Badie (1996, p. 158) faz uma diferenciação entre território estatal e aquele que reconhece múltiplos poderes de ingerência. O primeiro está fundado na contigüidade e na exaustividade, o segundo nas relações libertas de constrangimentos espaciais. Um implica o fechamento e a exclusão, o outro a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas na lealdade própria dos cidadãos, no outro são funcionais e supõem lealdades móveis, não hierarquizadas, muitas vezes setoriais e freqüentemente voláteis, são os territórios-rede. A ordem das redes de relações atravessa a

do território, enfraquece-a e a faz perder precisamente essa coesão e esse caráter excepcional que fundavam a sua natureza essencialmente política.

De acordo com Castells (1999, p. 556-57), redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).

2.4 REDES TÉCNICAS

Musso (2004, p. 17) trás uma contribuição de relevo para a noção/utilização de redes em diferentes frentes. Para ele, nas *tecnologias*, a) a rede é a estrutura elementar das telecomunicações, dos transportes ou da energia; b) em *economia*, ela permite pensar as novas relações entre atores na escala internacional (redes financeiras, comerciais...) ou elaborar modelos teóricos (economia de rede, intermediação); c) a *biologia* é apreciadora dessa noção de rede que, tradicionalmente, identifica-se com a análise do corpo humano (redes sanguíneas, nervosas, imunológicas...).

A rede é uma estrutura de interconexões instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a algumas regras de funcionamento. Podemos distingui-la em três níveis, a saber: 1. uma estrutura composta de elementos em interação, esses elementos são os picos ou nós na rede, ligados entre si por caminhos ou ligações; 2. estrutura de interconexão instável no tempo, a gênese de uma rede (de um elemento de uma rede) e sua transição de uma rede simples a outra mais complexa são consubstanciais a sua definição; 3. a modificação de sua estrutura obedece a algumas regras de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma eventualmente mobilizável (Ibid., 28-32)

Para Latour (1994, 115-6), no caso das redes técnicas não temos a menor dificuldade em reconciliar seu aspecto local e sua dimensão global. Elas (redes técnicas) são compostas de locais particulares, alinhados através de uma série de conexões que atravessam outros lugares e que precisam de novas conexões para continuar se estendendo. Conexões essas que necessitam de bases físicas.

De acordo com Castells (1999), em meio à globalização o *espaço dos lugares* perde força para o de *fluxos* dada a dinâmica de modernização tecnológica imperante hoje.

Entretanto, conexões físicas ainda são necessárias para o capital se materializar em vários pontos do planeta de forma eficiente, bem como são tidas como pilares para o desenvolvimento regional. Dependendo, para tanto, de como são implementadas pelos gestores, e quais os interesses por detrás delas postos.

Com efeito, a produção da fluidez espacial – imperativo característico da fase atual do modo de produção capitalista – não dispensa a intervenção dos atores estatais no que se refere à dotação do território de sistemas técnicos (e, eventualmente à mudança estrutural dos mesmos), isto é, redes infra-estruturais através das quais a circulação de indivíduos, mercadorias e informação se realizam (SANTOS, 2004). A ‘rede real’ seria, então, um produto histórico da organização técnica do espaço e do tempo capaz de garantir a mobilidade e a realização de certos projetos transacionais, notadamente àqueles elaborados por atores hegemônicos.

2.5 FRONTEIRA

A fronteira foi uma inovação que apareceu na Europa no século XIII, definindo a distribuição de áreas políticas e refletem, na medida de “espaço é poder”, as relações de poder entre os Estados (MATTOS, 1975, p.23-6)

Para Moddie (1965, p. 82), a demarcação de fronteira ocupa o primeiro lugar quando se trata de estabelecer os tratados de paz ou de convivência pacífica entre Estados. Quando “vivas” estão submetidas à pressão do Estado mais poderoso. A pressão é sempre real e se faz sentir pela expansão cultural ou econômica tendente a levar para o lado oposto a influência do lado mais forte. Nos períodos de tensão, essa pressão pode vir a assumir o caráter militar.

Escreve o geógrafo Otto Maul citado por Mattos (1975, p. 29) que as finalidades principais da fronteira e sua respectiva faixa são: “*distinguir o meu do teu; proteger o território nacional; isolá-lo, quando necessário, e facilitar-lhe o intercâmbio quando conveniente*”. Durante muito tempo, isolar foi a função precípua das fronteiras.

Em meio às mudanças provocadas, em grande escala, pela globalização dos mercados, a relação que o local estabelece com o global é redefinida, sendo que as áreas de fronteira possuem um papel particular nestas interações. Ao ser pautada, conforme Courlet

(1996), como margem de manobra para integração transfronteiriça, a definição e importância das áreas de fronteira passam por metamorfoses.

Para se falar de fronteira é necessário recorrermos à definição de limite, pois a última está intimamente relacionada com aquela primeira. Etimologicamente, a palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna (GOLIN, 2004, p. 14), sendo sua definição, grosso modo, utilizada como linha imaginária divisória entre Estados limítrofes, com o intuito de separar domínios territoriais.

Com relação ao limite, podem ser: a) *em uma margem*; b) *contíguos*, c) *pela linha de talvegue*; d) *limite pela linha média* (MATTOS, 1975, p. 33). Moddie (1965, p. 101-9) aponta que a vantagem aparente da adoção do limite pelo rio é o seu fácil reconhecimento na paisagem pelos habitantes da fronteira.

Ribeiro (2002, p. 3) traz uma contribuição interessante em relação ao limite internacional. Para ela, trata-se de convenção, ratificada por acordos diplomáticos, que circunscreve “*uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam as atividades de uma sociedade política*”; logo, uma convenção que afirma a coesão interna do território sob o controle de um poder central.

No contexto de diferenciação entre limites e fronteiras, Machado (1998, p. 01-02) sugere alguns dos elementos relevantes na atualidade. A autora aponta que a fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). A fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central. O limite (jurídico) do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material.

Uma empresa conforme Courlet (1996, p. 19) “*pode utilizar a presença da fronteira para valorizar as diferenciações territoriais com base na proximidade*”, caso este verificado no Mercosul. Nas interações transfronteiriças pela fronteira brasileira, a proposta do Ministério da Integração, através do PDFF aponta que o Arco Norte, do qual faz parte o estado do Amapá, possui uma das áreas menos permeáveis da faixa brasileira, ao contrário da fronteira do arco sul, que é fortalecido pela dinâmica, mesmo hoje enfraquecida, do Mercado Comum do Sul, Mercosul, mas que possui certa porosidade pelo fluxo ilegal de

contrabando, migração ilegal e outros (AROUCK 2000; SILVA, 2006a; SILVA & CONTE, 2006).

3 A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

Em cenários contemporâneos, a fronteira franco-brasileira vem passando por metamorfoses de *sentido e função* (SILVA & RÜCKERT, 2006b). No primeiro caso (sentido), corresponde ao fato daquela fronteira servir, a partir de determinado momento, como mecanismo de cooperação entre os países em questão, especificamente a partir de 1996. No segundo (função), a fronteira tinha como pressuposto, após sua formação num plano geral, isolar soberanias de territórios estatais. No caso da franco-brasileira, foram séculos em litígio, mas que há algum tempo, passou a ser um recorte articulador de complementaridades.

As alterações na fronteira franco-brasileira foram aceleradas após i) acordo de cooperação entre os dois países no ano de 1996 (ADAP, s.d.); ii) das discussões da Implementação da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, e iii) do interesse também europeu na utilização do Porto Organizado de Santana (POS), no estado do Amapá, com objetivo de usufruir do seu calado para entrada de equipamentos, com vistas à manutenção da base aeroespacial de Kourou/Guiana-Francesa.

Antes, com a problemática do litígio entre portugueses, posteriormente brasileiros com a emancipação política, a fronteira física naquele espaço geográfico possuía um claro sentido separador do que coloca o general Meira Mattos “o meu do teu” (1975, p. 29) para referenciar a função da fronteira na lógica de formação dos territórios nacionais. Atualmente metamorfoses são constatadas no papel de algumas dessas zonas de contato internacional (fronteira) no espaço mundial, com os casos clássicos da União Européia, em que as descontinuidades físicas são minimizadas através também da livre circulação de pessoas e mercadorias. De outro lado, verificadas, mas em estágio ainda embrionário, nas fronteiras sul-americanas, caso comparadas com as relações européias.

Com efeito, na articulação de políticas de desenvolvimento regional, encontram-se as estratégias de governos centrais para ligação transfronteiriça, o que vem se tornando um dos imperativos na atualidade para encurtar distâncias físicas e fortalecer laços econômicos. O primeiro esforço das políticas citadas para regiões de fronteira na Amazônia, data de

1982, com a elaboração do Programa de Apoio às Cidades de Fronteira – PACIF, pela Coordenação de Planejamento Regional da SUDAM, (PINTO COELHO, 1992, p. 96).

Segundo o autor:

Tratando-se da elaboração mais articulada, que se tem notícia, sobre a problemática das localidades numa faixa de cerca de 12.000 Km. de fronteira brasileira com os vizinhos países amazônicos e a Guiana Francesa, o PACIF se situa quase que automaticamente como uma das fontes que irá alimentar (...) planos-integrados para as comunidades vizinhas da fronteira (...) (Ibid. loc. cit.)

Na América do Sul, as estratégias de cooperação estão ancoradas também na proposta de Integração de Infra-estrutura Regional Sul-Americana, IIRSA, sendo que o grande objetivo destas políticas dos doze países deste subcontinente é investir em transportes, energia e telecomunicações. Em torno dos vários eixos propostos, está o escudo das Guianas, do qual fazem parte oficialmente Brasil/Suriname/Guiana/Venezuela.

O estado do Amapá faz parte do projeto em curso com a rodovia BR 156, com a construção de uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque, o qual serve de divisão entre o Brasil e a França, e um porto de exportação no Município de Santana. Estas infra-estruturas compõem um conjunto de redes técnicas, ligando uma via internacional conhecida como Transguianense, que motiva a alteração de sentido/função da fronteira franco-brasileira, incentivada pelos acordos de cooperação entre Brasil e França para aquela fronteira.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA - IIRSA

Sua proposta é claramente direcionada ao mercado, sobretudo de grandes corporações (SILVA, 2006a). Originou-se de uma reunião de presidentes da América do Sul, realizada na cidade de Brasília, no ano de 2000, em que os países acordaram realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica, incluindo a modernização da infra-estrutura regional e ações específicas para estimular a integração e desenvolvimento de áreas isoladas.

O eixo do escudo das Guianas, que é um dos onze eixos organizados na proposta, é composto por Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname. Contempla a região oriental da Venezuela (estados de Sucre, Anzoátegui, Monagas, Delta Amacuro e Bolívar), o arco

Norte do Brasil (estados de Amapá e Roraima) e a totalidade dos territórios da Guiana e Suriname. Isto nos indica a proposta oficial, mas é bem verdade que a França, através de seu departamento ultramarino na América do Sul, a Guiana-Francesa, também apresentará benefícios, bem como a própria União Européia, que tem uma base aeroespacial em Kourou/Guiana-Francesa.

3.2 ESTADO DO AMAPÁ

O Amapá apresenta uma das fronteiras menos permeáveis do Brasil e de mínimas interações ao se comparar com o restante da faixa de fronteira brasileira, sendo grande parte considerada uma *zona-tampão* (Brasil, 2005), característica essa de grande parte da fronteira física amazônica (PINTO COELHO, 1992). Contudo, a falta de fiscalização eficiente a torna porosa em sua única cidade-gêmea, Oiapoque, o que é explicada pelo contrabando, fluxo de emigrantes brasileiros e/ou garimpeiros, e prostituição de brasileiras na Guiana Francesa (PINTO COELHO, 1992; AROUCK, 2000; SILVA, 2006a, SILVA & CONTE, 2006; SILVA & RUCKERT, 2006a). Pinto Coelho (1992, p. 132), informa que, em se tratando de processos de cooperação na região amazônica, as relações internacionais entre Brasil e França se afiguram como a mais problemática do ponto de vista político. O autor afirma o seguinte:

(...) não é possível que toda uma região com razoável potencial de desenvolvimento seja prejudicada por considerações ditadas por uma política colonialista: todas as indicações são, com efeito, no sentido de que à França, contrariamente ao Brasil, não interessaria proceder a uma coordenação de atividades voltadas para a cooperação na região proposta. Não sem razão, encontra-se a Guiana-Francesa excluída de participação no Tratado de Cooperação Amazônico – TCA. (Ibid. loc. cit.)

A tendência com a construção da ponte binacional, adicionadas às articulações com a rodovia BR 156, e o porto de Santana, é que um panorama novo se estruture, tendencialmente para movimentos de relações bilaterais mais cooperativas. Contudo, essa tendência não é validada para desenvolvimento social regional/local. Várias políticas territoriais precisam ser postas em prática para que populações, por exemplo, que se localizam na zona de fronteira, possam ser beneficiadas diretamente após as articulações das redes técnicas mencionadas.

Com efeito, o processo de cooperação político-econômica, de acordo com Silva & Rückert (2006b), visando a articulação na fronteira entre Amapá e Guiana-Francesa, começou no ano de 1996 com a viagem do Sr. João Alberto Capiberibe (PSB), governador do estado do Amapá à época, para a Europa (França, Alemanha e Portugal), na intenção de promover, de acordo com Martins (2002), internacionalmente as potencialidades do estado. A partir de suas articulações, enquanto representante dos interesses amapaenses, que o Brasil e França teriam suas atenções despertadas, para a possibilidade da cooperação transfronteiriça.

Alinhada a possibilidade de cooperação, em 1997 tem início a Rodada Internacional de Negócios, comumente conhecida como Equinócio, no estado do Amapá, que num primeiro momento, conforme Silva (2006b), tinha por objetivo aproximar micro e pequenas empresas do estado do Amapá com as do platô das Guianas. Esse objetivo foi ampliado posteriormente para empresas de vários continentes.

Nessa época, o presidente brasileiro era Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que, por possuir relações com instituições acadêmicas francesas, e também ter laços de amizade com indivíduos da vida pública e da comunidade científica da França, favoreceu a cooperação bilateral (MARTINS, 2002).

Neste contexto, o Presidente do Brasil mencionado, assinou com o Presidente da França, Jacques Chirac, *Acordo-Quadro* Brasil-França. Esse instrumento seria capaz de fornecer uma moldura institucional ampla, o qual, além de estreitar os vínculos entre as duas nações e mercados regionais, contemplou diversas modalidades de cooperação (Ibid. loc. cit). Porém, muitas das propostas relacionadas as mais diversas áreas não saíram do papel. Após reunião em 1997, no Brasil, a meta entre Guiana-Francesa e Brasil, foi incentivar o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e cultural dos habitantes locais.

3.2.1 Rodovia BR 156

A Rodovia 156, objetivada pela IIRSA, é a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cuja pavimentação na porção Norte, tem por finalidade maior interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (França, Suriname, Guiana e Venezuela). Isso possibilitará a utilização do POS por outros países para intercâmbio

comercial, movimentação do grande potencial turístico regional e local, redução de gargalos infra-estruturais para melhoramento do trânsito de mercadorias, pessoas, e outros.

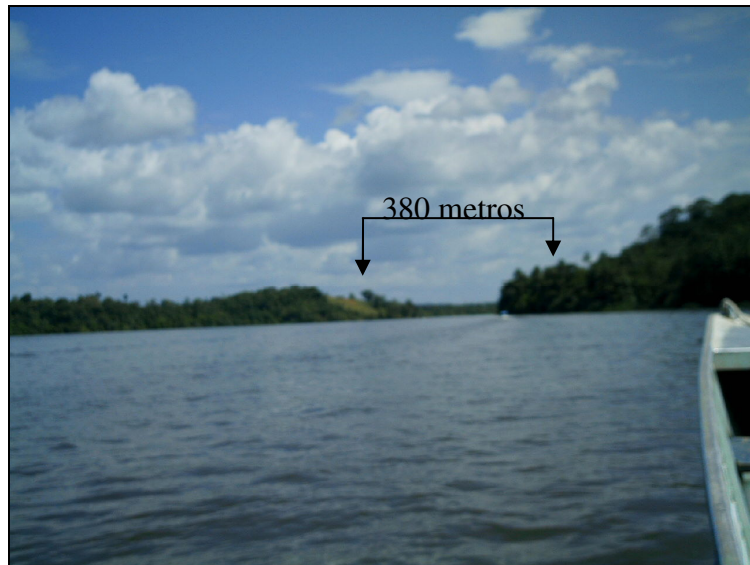
A rodovia 156 integra a Transguianense, e sua pavimentação já está bem avançada, contudo, com pontos muito críticos para fluidez de mercadorias e pessoas, no seu extremo norte, principalmente entre Calçoene e Oiapoque, sobretudo nos meses chuvosos (janeiro/junho) (SILVA & PASTANA, 2006). Conforme análise desses autores, para se ter acesso, principalmente a municípios do norte estadual, como Oiapoque, partindo das principais cidades do Estado (Macapá e Santana), somente é possível através da BR 156 ou por via aérea, mas por este último meio é quase inviável pelo preço da passagem em relação à distância.

Acreditamos, e tudo que temos analisado converge nesse sentido, que as cidades daquela fronteira servirão, num plano geral, apenas de corredor de passagem para principalmente mercadorias. Silva (2006a) menciona que é necessário que o poder local seja articulado para que Oiapoque se desenvolva efetivamente após a construção da ponte binacional. Menciona que um ramal tem que ser construído para que a cidade mencionada se articule efetivamente com a ponte e dali à cidade de Saint Georges/Guiana Francesa.

3.2.2 Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque

De outro lado, tem-se a construção de ponte binacional sobre o rio Oiapoque (Foto 1). O governo brasileiro desde 1997 mantém negociações com o governo francês para implementar a construção de uma ponte ligando Oiapoque/BR a Saint Georges/GF. Em 2002, através do Decreto 4373, Brasil e França firmaram acordo da construção da ponte, sendo que o Brasil, através do Programa Plurianual 2004/2007, destinou 30 milhões para sua implementação. Contudo, os trabalhos de construção não foram iniciados até o presente momento. Somente em 2006, no dia 09 de novembro, a assembléia francesa autorizou a construção da ponte.

Foto 1 – Rio Oiapoque e o lugar da construção da ponte binacional



Fonte: Gutemberg de Vilhena Silva. Em 03/08/2006

Na perspectiva da IIRSA, o asfaltamento da BR-156 e a ligação física do Brasil ao departamento ultra-marino francês atenderá os seguintes objetivos: a) articulará o sistema rodoviário da Guiana Francesa ao brasileiro; b) integrará fisicamente o Brasil, através do Amapá, aos países vizinhos do Norte (Guiana Francesa, Suriname e Guiana); c) possibilitará o uso do Porto de Santana por parte de empresas internacionais para seu intercâmbio comercial; d) articulará a produção do mercado do Amapá com a Venezuela e dali à Comunidade Andina.(SILVA, 2005).

3.2.3 Porto de Santana como uma estrutura estratégica

Com relação ao Porto de Santana/Amapá, na perspectiva da IIRSA, esta obra é importante pelo seu calado, com possibilidade de atraque de grandes contêineres podendo vir a ser útil, por exemplo, para a base espacial da União Européia, localizada em Kourou/Guiana-Francesa. Os Franceses e os demais países da União Européia, mas também outros países do Norte da América do Sul têm interesses em utilizar o porto pelo seu calado. A partir da foz do Rio Amazonas, até perto do Caribe, somente é possível atraque de grandes contêineres no porto de Santana, que está relacionado a sedimentação do Amazonas e à corrente norte do Atlântico que constantemente depositam os sedimentos a partir da costa amapaense. A foto abaixo mostra o porto.

Foto 2 - Porto Organizado de Santana



Fonte: Companhia Docas de Santana

Algumas das vantagens do Porto são: a) Posição geográfica estratégica (proximidade com Caribe e EUA, entrada e saída do Amazonas); b) possibilidade de atraque de grandes contêineres; e c) É certificado desde o dia 25 de junho de 2004 (Companhia Docas de Santana - CDS).

CONCLUSÃO

Num plano geral, este ensaio mostrou processos contemporâneos de usos da única fronteira na América do Sul com um país europeu, a França. Superado o litígio de séculos naquele recorte territorial, atualmente mecanismos de cooperação de complementaridades são constantes. A metamorfose da fronteira franco-brasileira se iniciou na década de 1990 e desde então projetos são postos em prática fortalecendo os laços políticos entre Brasil e França.

Outro fator extremamente motivante da alteração de sentido e função da fronteira em questão, é a articulação da IIRSA, que coloca o Amapá, através das redes técnicas expostas no trabalho, como integrante de um conjunto de investimentos para intensificar fluxos comerciais. Por outro lado, essas políticas, sejam da IIRSA ou não, têm que ter um caráter mais social, pois as políticas territoriais para o ambiente da fronteira são poucas. As

cidades de Oiapoque e Saint Georges são exemplos claros do descaso de suas respectivas autoridades.

REFERÊNCIAS

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá. s.d..

AMAPÁ. Companhia Docas de Santana. Cd-rom com vários documentos.

AROUCK, R. C.. **Brasileiros na Guiana Francesa: Novas Migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** *Lusotopie* 2000 : 67-78.
<<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/arouck.pdf>>.

BADIE. B.. **O fim dos territórios:** Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Instituto Piaget. Pág 89 -201.

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/publicacoes> .

BECKER, B. K. **O uso político do território:** questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K., COSTA, R. H., SILVEIRA, C. B. (orgs.) *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. P. 1-8.

CASTRO, I. E.. O problema da escala. In **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.).Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

_____. **Geografia e Política:** Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTELLS, M.. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era de informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1).

COURLET, C.. **Globalização e fronteira.** *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.17, n. 1, p.11-22, 1996.

CUIABÁ. **II Seminário internacional de estudos regionais sul-americanos:** contrastes sócioterritoriais e perspectivas de integração regional (caderno de resumos). Cuiabá, 2006.

GOLIN, T. **A Fronteira:** governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do brasil com o Uruguai e a Argentina. Ed. L&PM. Porto Alegre. 2004.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização.** Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

HEIDRICH, Á. L.. **Território, integração sócio-espacial, região, fragmentação e exclusão social.** 2004
<http://www.ufrgs.br/labes/Artigos/Alva/Territorio%20Inclus%20E3o.pdf>

JESSOP, B.. **La economía política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas.** Revista Eure (Vol. XXIX, nº 89, pp. 25-41, Santiago de Chile, mayo 2004)

LATOUR, B. **Jamais Fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

- MARTINS, C. C. : **Relações diplomáticas Brasil/França nos quadros da globalização** : a fronteira do Amapá com a Guiana francesa. 2002. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.
- MATTOS, C. M.. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, J. Olympio, 1975.
- MODDIE, A. E. **Geografia e política**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Amablume, 2005.
- MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 17- 38. Janeiro, 2002.
- PINTO COELHO, P Motta. **Fronteiras na Amazônia** : um espaço integrado. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
- RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C. & RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 45 (1): 123-135. jan/mar. 1983.
- RAFFESTIN, C. e. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993
- RIBEIRO, L. P.. **Zonas de fronteira internacionais na atualidade**: Uma discussão. Rio de Janeiro, 2002. <www.igeo.ufrj.br/fronteiras/>
- RÜCKERT, A. A. O Rio Grande do Sul como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. In: **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. p. 277-291. www.ufrgs.br/labes/publicacoes/artigos/aldomar
- SACK, R D. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M.. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- SILVA, J. G. C.. BR-156 no Amapá: Estado, integração e conflitos sócio-ambientais. Versão de parte do projeto de Mestrado apresentado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA, intitulado **BR-156 no Amapá**: Estado brasileiro e conflitos sociais no extremo norte da Amazônia: 2005. In: <http://www.fase.org.br/acervo_fase_rits/BR_156_Amapa.pdf>
- _____. **Oiapoque**: uma parábola na floresta - estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia Legal. 2006a. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Edna Maria Ramos de Castro.
- SILVA, G. V. & PASTANA, Jonas. **Desenvolvimento local**: algumas ações dinamizadoras do potencial turístico amapaense. Revista Ciência e Sociedade. (3)3. Macapá: Faculdade Seama, 2006. p. 160-177.
- SILVA, G. V. Amapá: relações internacionais de um estado em construção. In: XXVI Encontro Estadual de Geografia. **A metrópole e sua multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2006b.
- SILVA, G. V. & RÜCKERT, A. A.. Geografia política em território de fronteira: integração física brasileira ao Caribe e Europa a partir do estado do Amapá. In: **A Geografia e a Amazônia no contexto latino-americano**: diálogos, práticas e discursos. XIV Encontro Nacional de Geógrafos: Rio Branco/AC, 2006a.
- _____. Metamorfoses da fronteira franco-brasileira. In : **II Seminário internacional de estudos regionais sul-americanos**: contrastes sócio-territoriais e perspectivas de integração regional (caderno de resumos). Cuiabá, 2006b.

SILVA, G. V. & CONTE, M. I.. Análises sócio-espaciais de uma cidade de fronteira: o caso de Oiapoque/Estado do Amapá. In: **1Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil**, realizado em São Paulo, entre os dias 08 e 09 de dezembro de 2006.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.).Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 77-116.

STEIMAN. R. & MACHADO, L. O.. **Limites e Fronteiras internacionais**: Uma discussão historico-geográfica. Rio de Janeiro, 2002. <www.igeo.ufrj.br/fronteiras/>

UEDA, V.. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul. In: DIAS, L. E SILVEIRA, R.L.L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2005. p. 157-176.

Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Institucionais. <http://www2.mre.gov.br/dai/bifrance.htm> .
Acesso em 15/09/2006.